



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

**EMENDA Nº           , DE 2021.**  
**(ao PL 5.591, de 2019)**



O artigo 3º do PL nº 5.591, de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando o atual art. 3º para o art. 4º:

“Art. 3º Poderá ser requerido, perante o Oficial de Registro Civil competente, a averbação do acréscimo do patronímico de genitor ao nome do filho menor de idade, quando:

I – Houver alteração do nome do genitor nos termos do art. 1º desta Lei.

II – O filho tiver sido registrado apenas com o patronímico do outro genitor.

§ 1º. O procedimento administrativo previsto no caput deste artigo não depende de autorização judicial.

§ 2º. Se o filho for maior de dezesesseis anos, o acréscimo do patronímico exigirá o seu consentimento.

§3º. Somente será averbado o acréscimo do patronímico ao nome do filho menor de idade, quando o nome do genitor for alterado no registro de nascimento, nos termos do art. 1º, desta Lei.

§ 4º. A certidão de nascimento será emitida com o acréscimo do patronímico do genitor ao nome do filho no respectivo campo, sem fazer menção expressa sobre a alteração ou seu motivo, devendo fazer referência no campo ‘observações’ ao parágrafo único do art. 21 da lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973.”



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei almeja viabilizar a retificação do registro civil das pessoas naturais nos casos de alteração do nome ou prenome do pai ou da mãe.

O nome é direito da personalidade, nele compreendidos o prenome e o sobrenome conforme disposto no art. 16, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil Brasileiro, e que ter o sobrenome familiar dos seus genitores consiste na condição existencial da pessoa como um retrato da sua própria identidade, harmonizando-se com o princípio da dignidade humana.

Desta forma, a emenda estabelece que poderá ser requerido, perante o Oficial de Registro Civil competente, a averbação do acréscimo do patronímico de genitor ao nome do filho menor de idade nas hipóteses de alteração do nome do genitor nos termos do PL e quando o filho tiver sido registrado apenas com o patronímico do outro genitor. Para tanto, o procedimento administrativo não depende de autorização judicial.

Ainda, em razão da teoria das incapacidades constante do Código Civil brasileiro, salienta que se o filho for maior de dezesseis anos, o acréscimo do patronímico exigirá o seu consentimento.

Assim, a emenda visa ampliar o escopo social do PL garantindo segurança jurídica aos casos contemplados pelo CNJ (Provimento nº 82, de 2019) e que pela relevância e interesse público merecem o véu protetivo da Lei federal.



SF/21367.37590-77



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres colegas, Senadores e Senadoras, para aprovarmos essa proposição legislativa.

Sala das Sessões,        de maio de 2021.

---

Senador MECIAS DE JESUS



SF/21367.37590-77